



A Santa Sé

**CARTA DO SANTO PADRE JOÃO PAULO II
AOS PARTICIPANTES
NA ASSEMBLEIA MUNDIAL SOBRE O ENVELHECIMENTO**

Excelentíssimo Senhor

É com prazer que dirijo a Vossa Excelência, e por seu intermédio, a todos os participantes na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, uma cordial saudação, com os melhores votos de bom êxito para os seus trabalhos.

Vinte anos depois da I Assembleia Mundial, realizada em Viena em 1982, a actual reunião é uma meta significativa e principalmente um estímulo para o futuro, a partir do momento em que o envelhecimento da população mundial será sem dúvida um dos fenómenos mais relevantes do século XXI.

Durante as duas últimas décadas, a Organização das Nações Unidas fez-se promotora de numerosas iniciativas orientadas para compreender e encontrar soluções para os problemas que apresenta o aumento crescente do número de pessoas que iniciaram a fase da terceira idade.

Destas iniciativas, uma das mais louváveis foi o Ano Internacional das Pessoas Idosas, celebrado em 1999, uma ocasião eficaz para chamar de novo a atenção de toda a humanidade para a necessidade de enfrentar responsabilmente o desafio de construir "uma sociedade para todas as idades".

Manifestei a minha participação nesse acontecimento com uma Carta dirigida aos idosos, dos quais me sinto próximo não só devido à solicitude pastoral, mas também para partilhar pessoalmente a sua condição. Por outro lado, o Pontifício Conselho para os Leigos publicou um documento intitulado "A dignidade dos idosos e a sua missão na Igreja e no mundo". Nesta ocasião, a Igreja católica renovou a atenção que sempre demonstrou em favor desta categoria de pessoas, promovendo iniciativas próprias e colaborando com as autoridades públicas e com a

sociedade civil.

Reunistes-vos agora para uma avaliação de conjunto da aplicação do Plano de acção internacional de 1982 e para delinear estratégias para o futuro. Provenientes de todas as partes do mundo, testemunhais que o problema do envelhecimento diz respeito a toda a humanidade e deve ser enfrentado de maneira global e, mais em particular, integrada na complexa problemática do desenvolvimento.

De facto, está a verificar-se em toda a parte uma mudança profunda da estrutura da população, que leva a delinear os projectos de sociedade e a debater de novo não só a sua estrutura económica, mas também a visão do ciclo vital e das relações entre as gerações. Pode dizer-se que uma sociedade se mostra justa na medida em que responde às necessidades assistenciais de todos os seus membros e que o seu nível de civilização se mede pela protecção prestada aos membros mais débeis da sociedade.

Como garantir o perdurar de uma sociedade que está a envelhecer, consolidando a segurança social das pessoas idosas e a sua qualidade de vida?

Para responder a esta pergunta é preciso não se deixar guiar principalmente por critérios económicos, mas inspirar-se melhor nos sólidos princípios morais.

Faz falta, em primeiro lugar, que se considere o idoso na sua dignidade de pessoa, dignidade que não diminui com o passar dos anos e com a deterioração da sua saúde física e psíquica. É evidente que esta consideração positiva só pode encontrar um terreno fecundo numa cultura capaz de superar os estereótipos sociais, que fazem consistir o valor da pessoa na juventude, na eficiência, na vitalidade física e na boa saúde. A experiência diz que, quando falta esta visão positiva, é fácil que o idoso seja marginalizado e relegado para uma solidão comparável a uma verdadeira morte social. Não depende porventura em grande parte a estima que o idoso tem de si próprio da atenção que recebe na família e na sociedade?

Para ser credível e efectiva, a afirmação da dignidade da pessoa idosa está chamada a manifestar-se em políticas orientadas para uma distribuição equitativa dos recursos, de forma que todos os cidadãos, e também os idosos, possam beneficiar deles.

Trata-se de uma tarefa difícil e que só é possível realizar se for aplicado o princípio da solidariedade, do intercâmbio entre as gerações e da ajuda recíproca. Esta solidariedade deve ser realizada não só no âmbito de cada nação, mas também entre os povos, através de um compromisso que faça com que se tenham em consideração as profundas desigualdades económicas e sociais entre o norte e o sul do planeta. De facto, a pressão da pobreza pode pôr em dúvida muitos princípios solidários, causando vítimas nos âmbitos mais frágeis da população, entre os quais os idosos.

Uma ajuda para a solução dos problemas relacionados com o envelhecimento da população provém sem dúvida do inserimento efectivo do idoso na sociedade, utilizando o contributo da experiência, conhecimentos e sabedoria que ele pode oferecer. De facto, os idosos não devem ser considerados como um peso para a sociedade, mas como um recurso que pode contribuir para o seu bem-estar. Não só podem dar testemunho de que existem aspectos da vida, como os valores humanos e culturais, morais e sociais, que não se medem em termos económicos e funcionais, mas oferecer também o seu contributo eficaz no âmbito do trabalho e no da responsabilidade. Trata-se, por fim, não só de fazer algo pelos idosos, mas de aceitar também estas pessoas como colaboradores responsáveis, com modalidades que o tornem realmente possível, como agentes de projectos partilhados, em fase de programação, de diálogo ou de realização.

É importante também que estas políticas se completem com programas formativos destinados a educar as pessoas para a velhice durante toda a sua existência, tornando-as capazes de se adaptarem às mudanças, cada vez mais rápidas, no modo de viver e de trabalhar. Uma formação centrada não só no fazer, mas e sobretudo no ser, atenta aos valores que fazem apreciar a vida em todas as suas fases e na aceitação tanto das possibilidades como dos limites que a vida encerra.

Apesar de se dever considerar a terceira idade de modo positivo e com o propósito de desenvolver todas as suas possibilidades, não se devem evitar nem ocultar as dificuldades e o fim inevitável da vida humana. Se é certo que, como diz a Bíblia, as pessoas "até na velhice darão frutos" (Sl 92, 15), continua a ser verdade que a terceira idade é uma fase da vida na qual a pessoa é particularmente vulnerável, vítima da fragilidade humana. É muito frequente que o surgimento de enfermidades crónicas reduza o idoso à invalidez e recorde, inevitavelmente, o momento do final da vida. Nestes momentos particulares de sofrimento e de dependência, as pessoas idosas não só precisam de ser tratadas com meios que a ciência e a técnica proporcionam, mas também necessitam de ser seguidas com competência e amor, para que não se sintam um peso inútil e, o que é pior, cheguem a desejar e solicitar a morte.

A nossa civilização deve garantir aos idosos uma assistência rica de humanidade e impregnada de valores autênticos. A este propósito, podem desempenhar um papel determinante o progresso da medicina paliativa, a colaboração dos voluntários, o empenho directo das famílias que por isso devem ser ajudadas a enfrentar a sua responsabilidade e a humanização das instituições sociais e do âmbito da saúde que recebem os idosos. Um vasto campo no qual a Igreja Católica, em particular, ofereceu e continua a oferecer um contributo relevante e permanente.

Reflectir sobre a terceira idade significa, por conseguinte, considerar a pessoa humana que, desde o nascimento até ao seu fim natural, é dom de Deus, Sua imagem e semelhança, e esforçar-se para que cada momento da sua existência seja vivido com dignidade e plenitude.

Sobre Vossa Excelência, Senhor Presidente, e sobre todos os participantes na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, invoco a protecção do Deus da vida.

Vaticano, 3 de Abril de 2002.

© Copyright 2002 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana